

Tecnologia e eficiência na gestão das cooperativas

[PeloEstado]

Entrevista
Presidente do Sistema Ocesc/
Sescoop, Luiz Vicente Suzin



O presidente da Organização das Cooperativas do Estado (Ocesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/SC), Luiz Vicente Suzin, analisou as conquistas do setor em 2019 e as expectativas para a nova década. De acordo com ele, é preciso ser eficiente para permanecer competitivo no embate com as todas as empresas, da agricultura, da indústria, do comércio e de serviços. O dirigente comentou o relacionamento com o governo de Estado, que começou com sobressaltos, mas depois alcançou solução equilibrada. Para ele, a melhoria dos processos, investimentos em tecnologia e o aperfeiçoamento de produtos são premissas para atender as mudanças e as transformações dos novos tempos.

[Pelo Estado] - Como o segmento cooperativista está se preparando para os desafios do futuro?

Luiz Vicente Suzin - Principalmente com o uso crescente das novas tecnologias, com a tendência pela automação e pela robotização. As novidades chegam cada vez com mais velocidade. Uma das nossas preocupações é capacitar os cooperados. Nesse aspecto, as cooperativas e o SESCOOP/SC fazem permanentes investimentos em treinamento, qualificação e requalificação.

[Pelo Estado] - Além dos investimentos em tecnologia e informação, de que mais o segmento precisa para avançar?

Suzin - O sistema pode evoluir ainda mais, se o governo vislumbrar o cooperativismo como um setor de alto interesse social e comprovada eficiência econômica, que trabalha para o bem-estar da sociedade, criando empregos e gerando riquezas. Mais do que políticas públicas, deve abandonar a ideia de aumentar a carga tributária ou retirar programas de incentivos a setores essenciais, como a agricultura. No campo da pesquisa agropecuária, o setor tem que ser mais ouvido. Uma das possibilidades é o estabelecimento de convênios no que concerne à transferência de tecnologias e, neste caso, a Ocesc está aberta para uma relação de parceria com outras entidades, como Fiesc, Fampesc, Facisc, Fecam, Faesc e Fetaesc.

O sistema pode evoluir ainda mais, se o governo vislumbrar o cooperativismo como um setor de alto interesse social e comprovada eficiência econômica, que cria empregos e gera riquezas.

[Pelo Estado] - Que avaliação o sr. faz do primeiro ano do novo governo do Estado?

Suzin - As primeiras movimentações da nova administração estadual em relação à agricultura e o agronegócio estiveram pautadas pelo desejo de eliminar incentivos fiscais. Essa predisposição e as ações decorrentes criaram insegurança jurídica, geraram passivo tributário e desestabilização da

gestão comercial de cooperativas e empresas. Foi um período de tensão e estresse. Entretanto, o diálogo, a transparência, a interlocução das entidades e a participação da Assembleia Legislativa permitiram construir uma ponte de compreensão entre o governo e o setor produtivo em favor de uma solução. Esse ambiente de respeito e cooperação permitiu a proposição de medidas em benefício do cooperativismo e do agronegócio, ou seja, em favor da sociedade.

O diálogo, a transparência, a interlocução das entidades e a participação da Assembleia Legislativa permitiram construir uma ponte de compreensão entre o governo e o setor produtivo em favor de uma solução.

[Pelo Estado] - Como ficou a questão dos incentivos fiscais para o agronegócio?

Suzin - A inclinação inicial para eliminar os incentivos sobre alimentos, insumos e outros itens de consumo deu lugar a uma solução equilibrada e moderada. Os alimentos da cesta básica, por exemplo, mantiveram os incentivos. De todos os itens da cesta básica que tiveram incentivos revogados, tinham impacto para o cooperativismo a farinha de trigo e de arroz, feijão, leite UHT, carnes e subprodutos de aves e de suínos. Recém-convertida em lei pela Assembleia Legislativa, a Medida Provisória (MP) 226/2019 ajustou, em seu artigo 3º, o percentual de redução de base de cálculo do arroz e da farinha de arroz, para efetivamente ficar com alíquota final de 7%. Essa MP, agora convertida em lei, continha uma emenda substitutiva geral, de iniciativa do Executivo, incluindo as carnes e subprodutos de aves e suínos na cesta básica.

[Pelo Estado] - O sistema de crédito de ICMS foi mantido para as operações com milho e farelo de soja?

Suzin - Essa foi uma medida essencial em razão do colossal volume dessas duas matérias-primas usadas na elaboração de rações para



nutrição dos gigantescos plantéis de aves e suínos.

[Pelo Estado] - Qual é o tamanho do cooperativismo em Santa Catarina?

Suzin - São 258 cooperativas catarinenses - com atuação no campo e nas cidades - que reúnem mais de 2,4 milhões de associados. As cooperativas catarinenses geram riquezas da ordem de R\$ 35,6 bilhões, mantêm 63.348 mil empregos diretos e recolhem mais de R\$ 2,8 bilhões de tributos por ano. Estudos demonstram que nas regiões onde atuam, direta ou indiretamente, melhoram a qualidade de vida da população e promovem o desenvolvimento sustentável da comunidade, local ou regional, nas quais estão inseridas.

São 258 cooperativas catarinenses, que reúnem 2,4 milhões de associados, geram riquezas da ordem de R\$ 35,6 bilhões e mantêm 63.348 mil empregos diretos.

[Pelo Estado] - O que o sistema Ocesc tem feito para estimular a participação de jovens e mulheres no setor?

Suzin - A participação das mulheres e dos jovens no quadro social das cooperativas de Santa Catarina cresceu nos últimos anos. Atualmente, 38% dos associados às cooperativas (936.597 cooperadas) são mulheres e 16% dos associados (391.384 jovens) tem idade de até 25 anos. Então, o engajamento deles é uma realidade no nosso cooperativismo. Eles trazem coesão e motivação, além de elevarem a qualidade das ações direcionadas a organização do quadro social.